

## REFORMA POLÍTICA AGORA VAI?

COMBATE AO "CAIXA DOIS" ESCÂNDALO DO MENSALÃO FEZ COM QUE A PROPOSTA SE TRANSFORMASSE NUM DOS PRINCIPAIS PONTOS DA REFORMA POLÍTICA

## Projeto de financiamento público de campanha esbarra em críticas

Liberação de verbas seria feita pelo governo; cientistas políticos apontam falhas

BRASÍLIA. Um dos principais pontos da reforma política, o projeto de lei que estabelece o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, está longe da unanimidade no Congresso Nacional. Criada em 2003 com o objetivo principal de combater a prática do "caixa dois" por parte de partidos, a proposta prevê que candidatos fiquem impedidos de receber doações de empresas e de pessoas para as campanhas eleitorais. Em troca, o governo financiaria as campanhas.

Dois anos depois da criação do projeto, o escândalo do mensalão fortaleceu a necessidade de mudança no atual sistema. No entanto, o financiamento público não encontra muitos defensores. Entre os cientistas políticos ouvidos pela reportagem, a unanimidade é a respeito de uma única questão: o financiamento público não garante o fim das doações ilegais.

"INGENUIDADE". O cientista político Jairo Nicolau vê ingenuidade

controle para fazer valer um financiamento de R\$ 1 bilhão e sistemas para controlar esses gastos?", questiona.

Nicolau, que é pesquisador do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, coloca ainda outra hipótese além do caixa dois. "Quem vai me dizer que o político não vai declarar que gastou em gasolina e andou de bicicleta? Quem vai controlar o almoço, reunião, luz do comitê?"

A proposta de financiamento público também busca dar mais transparência às campanhas, acabar com a influência de grupos econômicos nas eleições e reduzir a desigualdade entre os partidos grandes e as siglas "nanicas". Mas até mesmo esse último argumento é questionado pelos cientistas políticos.

"Acho que essa desigualdade é muito bem-vinda. Pensando como cidadão, por que deve existir uma lei que me proíba de apoiar os partidos e os candidatos que eu acho que vão me representar mais, seja eu um assalariado ou um empresário?", contesta o cientista político Rogério Schmitt.

Para Schmitt, a proibição do financiamento privado é uma maneira de "afastar os partidos do mundo real, da população, das pessoas e das empresas". "Se o partido recebe poucos votos, não é porque tem pouco dinheiro pra fazer a campanha. É o contrário: ele

A12036

## O que prevê a proposta

O projeto não determina de onde sairiam, no caixa da União, os recursos para financiar as campanhas. Estabelece apenas que seria feito um cálculo de R\$ 7,00 por eleitor.

## Divisão do dinheiro

A verba seria distribuída da seguinte forma:

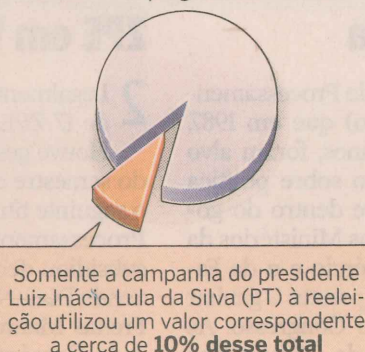


## TAMANHO DO BOLO

Considerando o número atual de cerca de 126,1 milhões de eleitores, o valor total dos recursos seria de

**R\$ 883,1 milhões,**

o que reduziria em muito o montante empregado atualmente



## FINANCIAMENTO MISTO

- Na verdade, o Brasil já adota o financiamento misto de campanhas
- A propaganda eleitoral no rádio e na TV é gratuita aos candidatos, custeadas pelo governo
- Além disso, os partidos recebem verbas do fundo partidário, que a rigor não são destinadas às campanhas



## OUTRAS PROPOSTAS

- Além do PL 2679/2003, outros três projetos no Congresso pretendem mudar as regras de financiamento
- No conjunto de propostas da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviado à Câmara, há outra idéia: a Justiça Eleitoral fixaria um limite máximo de doações e despesas de campanha dos candidatos em cada eleição

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

## Um mau exemplo



Com "recall", eleitor pode revogar mandatos

Referendos populares seriam autorizados pela Justiça; não mais pelo Congresso



## Com "recall", eleitor pode revogar mandatos

Referendos populares seriam autorizados pela Justiça; não mais pelo Congresso

BRASÍLIA. A revogação de mandato, ou "recall", é uma das idéias mais polêmicas da reforma política e também a que traria maior impacto. Apresentada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a proposta quer permitir a convocação de referendos populares para revogar mandatos de parlamentares e do presidente da República. Com o voto, os eleitores também poderiam decidir pela dissolução da Câmara e convocação de novas eleições.

A legislação atual trata de referendos de forma geral. Não há lei específica para o caso do "recall", ou seja, a revogação dos mandatos eletivos. Pelas regras em vigor, a convocação das consultas populares tem que ser autorizada pelo Congresso ou pelo presidente da República.

"Isso não é a efetiva soberania popular porque o Congresso e o Executivo só convocarão consultas populares quando for do seu interesse e se tiverem uma relativa certeza de que vão ganhar", argumenta a socióloga Maria Victoria Benevides, da Universidade de São Paulo (USP), que participou da elaboração da proposta da OAB.

A grande mudança proposta pela OAB é passar para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a competência para autorizar ou não os referendos.

O texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) Nº 0073/2005 prevê que os pedidos sejam feitos ao TSE com a assinatura de no mínimo dois por cento do eleitorado do país, distribuídos em ao menos sete estados. Atualmente, o percentual corresponderia a pouco mais de 2,5 milhões de assinaturas.

## Um mau exemplo



*"O que o PT fez do ponto de vista eleitoral é o que é feito no Brasil sistematicamente. Eu acho que as pessoas não pensaram direito no que estavam fazendo"*

LULA / Frase do presidente, durante a crise política de 2005, sobre o uso do caixa dois em campanhas do PT

## Projetos querem tornar facultativo o voto no país

Apenas menores de 18, maiores de 70 e analfabetos não são obrigados a votar no Brasil

BRASÍLIA. Nas últimas eleições, 16,7% dos eleitores não compareceram às urnas para votar no primeiro turno. No segundo, o índice ficou em quase 19%. O temor de que esse número aumente ainda mais é um dos grandes argumentos utilizados para quem defende a manutenção do voto obrigatório. Mas há quem discorde.

O assunto é um dos temas de debate da reforma política. Cinco propostas de emenda constitucional (PECs) que tramitam no Congresso propõem que o voto deixe de ser obrigatório para todos os cidadãos. Atualmente, apenas menores de 18 anos, maiores de 70 e analfabetos podem decidir se querem votar ou não.

A favor da proposta, há o fato de que o voto facultativo já é realidade na maioria dos países

desenvolvidos, como Estados Unidos e Canadá. No Brasil, o voto obrigatório foi incluído na Constituição em 1934.

A socióloga Maria Victoria Benevides, da Universidade de São Paulo, defende o voto facultativo, mas acredita que ain-

da não é possível implantá-lo no Brasil. "Quando nós chegarmos ao padrão de mínimo de igualdade no acesso à informação, podemos repensar a obrigatoriedade do voto", opina.

Há quem relativize a necessidade de alterar a regra. "Na prática, o voto já é optativo. Você paga uma multa pequena (se não votar)", afirma Leonardo Barreto, da Universidade de Brasília (UnB).

### Fim do voto secreto pode impedir "pizzas"

Dos 19 acusados de envolvimento no escândalo do mensalão, 12 foram absolvidos, quatro renunciaram e três foram cassados. Não se sabe quem votou contra nem a favor de cada processo nos casos que ficaram conhecidos como "pizzas" produzidas na Câmara dos Deputados. A PEC 349/2001 quer mudar isso, acabando com o voto secreto nessas situações e também em outras, como nas eleições da Mesa Diretora, votações de vetos presidenciais e indicação de embaixadores. O voto aberto irá dificultar acordos entre parlamentares para evitar a cassação de colegas e a barganha com o governo na votação de projetos de interesse do Executivo. A idéia, de forte apelo junto à opinião pública, tem o apoio de analistas políticos.

existir uma lei que me proíba de apoiar os partidos e os candidatos que eu acho que vão me representar mais, seja eu um assalariado ou um empresário?", contesta o cientista político Rogério Schmitt.

Para Schmitt, a proibição do financiamento privado é uma maneira de "afastar os partidos do mundo real, da população, das pessoas e das empresas". "Se o partido recebe poucos votos, não é porque tem pouco dinheiro pra fazer a campanha. É o contrário: ele tem pouco dinheiro pra fazer campanha porque têm poucos votos", opina.

### ANÁLISE

Leonardo Barreto, Jairo Nicolau e Leonardo Avritzer

## Mais eficácia

Entre os analistas políticos, ganha força a idéia de que há alternativas mais eficazes para coibir o caixa dois do que a proibição de recursos privados nas campanhas. "A possibilidade de perder o mandato é muito baixa. Eles pagam uma multa e pronto. Tem que classificar penalmente isso aí como, sei lá, uma formação de quadrilha. Eu não entendo por que as pessoas que se reúnem para traficar drogas são presas por formação de quadrilha e aqueles que se unem pra fraudar uma eleição é apenas crime eleitoral", afirma o cientista político Leonardo Barreto, da Universidade de Brasília (UnB). Leonardo Avritzer, cientista político da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) faz coro ao apelo por mais fiscalização. "O recurso do financiamento público não deve ser dado para o partido, e sim para a candidatura. Ela é quem deve prestar contas. E é o mandato que se origina aí que deve estar em risco", afirma. Além da punição, as propostas passam também pela fiscalização. Por sua vez, o cientista político Jairo Nicolau defende que a Justiça Eleitoral fiscalize contas de campanha por meio de amostragem e sorteio. "Como a Justiça não tem capacidade de averiguar isso, tem que fazer igual ao exame antidoping ou o que os Tribunais de Contas fazem com os municípios: sorteia-se um e faz uma averiguação profunda das contas", explica.

Leonardo Barreto, Leonardo Avritzer e Jairo Nicolau são cientistas políticos

### Projetos acabam com "senadores sem voto"

Sete dos 81 senadores que exercem o mandato atualmente não receberam nenhum voto da população. Eleitos em uma chapa como suplentes, os parlamentares acabaram assumindo o posto porque seus titulares se licenciaram do cargo - a maioria, para assumir funções em governos estaduais ou no governo federal. A reforma política pretende acabar com essa situação. Atualmente, o suplente assume sem ter sido votado pelos eleitores. Em muitos casos, eles são parentes ou financiadores das campanhas. Diferentes propostas tramitam no Congresso buscando modificar essas regras. Uma delas, contemplada em quatro propostas de emenda constitucional (PECs), propõe transformar em suplentes os candidatos que haviam ficado em segundo lugar na votação. Outros projetos propõem que candidato seja registrado com diferentes combinações de suplentes. Nesse caso, o eleitor escolhe a opção que achar melhor.